Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS anacampos.df@dabr.com.br

Ibaneis: "Confiem na Justiça como eu confio"



A organização de um ato de apoio público pela volta do governador afastado Ibaneis Rocha poderia ter neste momento um efeito reverso. Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não gostam de pressão e as feridas do vandalismo de 8 de janeiro ainda não cicatrizaram. A manifestação, mesmo que ocorra de forma pacífica, pode constranger os magistrados. E, se o ato sair do controle, pior ainda. Uma confusão pode criar uma situação ainda mais crítica. Advogado experiente, Ibaneis conhece bem a cabeça dos juízes. Para evitar uma situação difícil, o governador afastado demonstra que está contra qualquer manifestação pública. Pelas redes sociais, Ibaneis disse: "Tenho visto que algumas pessoas querem preparar atos públicos de apoio a mim, mas peço que não o façam, que confiem na Justiça como eu confio e que aguardem a apuração dos fatos com a calma e serenidade que o momento exige". E acrescentou: "Em respeito à Justiça e para não atrapalhar o curso das investigações sobre os condenáveis atos verificados no dia 8 de janeiro, tenho evitado me manifestar. Continuo aguardando com serenidade a conclusão de todo o processo, confiando na decisão final do Poder Judiciário".

Carnaval é de paz, não de violência

A Secretaria de Segurança do DF montou uma estratégia para evitar confrontos de gangues nos blocos de carnaval. Por incrível que pareça, na festa da alegria, tem gente se preparando para a violência. Há desafios de brigas propostos nas redes sociais. Por isso, força total contra pancadarias. Policiais serão infiltrados nos blocos em que há tradição de conflitos, para tentar impedir agressões. Como exemplo a evitar, em 2019, 12 pessoas foram esfaqueadas nos blocos Raparigueiros e Baratona. A hora é de mostrar competência. Ninguém mais do que a governadora em exercício, Celina Leão (PP), quer evitar confusões neste carnaval.



Minervino Junior/CB/D.A Press



Paixão pelo MP

Chico Leite, ex-deputado distrital, desistiu de concorrer à vaga no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) do quinto constitucional do Ministério Público, aberta com a aposentadoria do desembargador Romeu Gonzaga Neiva. Ele quer permanecer na carreira como procurador de Justiça, onde atua na área penal, sua especialidade, e se dedicar mais à vida pessoal.

Dois nomes no páreo

Como prováveis concorrentes à vaga no TJDFT há dois nomes do MPDFT apontados: a ex-procuradora-geral de Justiça do DF Fabiana Costa Barreto e o procurador Maurício Miranda. O presidente Lula vai nomear depois de uma seleção dentro do MPDFT e uma lista tríplice a ser escolhida pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do DF.

minha parte, eu não tomei vacina e não vou tomar vacina. É um direito meu e de quem não quer tomar. Até porque os efeitos colaterais e adversos

são enormes" Jair Bolsonaro, em dezembro de 2021. em uma de suas várias manifestações contra a vacinação

da covid-19



pessoas deixaram de tomar a vacina por causa dele? Quantas famílias choraram a morte de alguém amado por causa dele? Quantas pessoas entubadas por causa dele? Ele precisa pagar por isso"

Leandro Grass, presidente do Iphan, sobre o anúncio pelo ministro da CGU Vinicius Carvalho de que consta vacinação contra covid-19 na carteira do ex-presidente Jair Bolsonaro



Leila se recupera de cirurgia no quadril

Depois de anos de dores, que se intensificaram na campanha do ano passado, a senadora Leila Barros (PDT-DF) fez, há 10 dias, uma cirurgia para implante de uma prótese no quadril. Ela se recupera bem e vai passar o carnaval descansando para voltar à ativa com todo gás.



Para nunca esquecer

Projeto do deputado distrital Gabriel Magno (PT) estabelece 8 de janeiro como o Dia em Defesa da Democracia no calendário oficial de eventos do Distrito Federal. A ideia é que os atos golpistas e de vandalismo jamais sejam esquecidos.

A pergunta que não quer calar

Algum dia será elucidado o real motivo e interesse por trás da morte da vereadora Marielle Franco, como pretende o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino?



elucidar a chacina que resultou na morte de 10 pessoas de uma mesma família recebeu homenagens na Câmara Legislativa e na Câmara dos Deputados.

Civil do DF que trabalhou para



MANDOU MAL Com seis casos registrados em apenas 45 dias deste ano, o

Distrito Federal ocupa o sétimo lugar no ranking de casos de feminicídios, acima da média

nacional. É a violência contra a mulher praticada de forma covarde dentro de casa.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O STF decidiu que o Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) não possui natureza investigativa e pode ser lavrado por integrantes da polícia judiciária ou da polícia administrativa, ou seja, por qualquer policial. A decisão foi tomada em relação à PRF. Mas acaba assim a dúvida sobre a possibilidade de policiais militares realizarem esses boletins. O tema era foco de embates com policiais civis.



A CPI dos Atos Antidemocráticos é para valer?

Assim como em todos os trabalhos que desempenho, vou buscar fazer o melhor. O objeto da comissão é de extrema importância para o DF e o Brasil. Tenho certeza de que todos os deputados sabem a responsabilidade que estamos carregando. Não cabe nenhum jogo quando o que está em questão é a saúde da nossa democracia.

Vai proteger o governador afastado Ibaneis Rocha ou integrantes do governo federal para simplesmente encontrar um bode expiatório?

Na abertura da CPI, deixei claro que não estou ali para perseguir

"Há um farto material por ser avaliado (pela CPI dos Atos Antidemocráticos) e inúmeros fatos ainda não esclarecidos. Culpar antecipadamente seria um erro"

nem para blindar quem quer que seja. O objetivo é trabalhar com isenção e sem pré-julgamentos.

Por onde vão começar os trabalhos?

Decidimos, ainda na formulação do requerimento, que a investigação inicia nos atentados ocorridos no dia 12 de dezembro, quando carros e ônibus foram incendiados. delegacia e sede da Polícia Federal

DEPUTADA DISTRITAL

JAQUELINE SILVA

INTEGRANTE DA CPI DOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS



atacadas. Já existem requerimentos de documentos e depoimentos que nos ajudarão a montar a linha de investigação a partir deste momento.

No depoimento do ex-secretário de Segurança e ex-ministro da Justiça Anderson Torres, acha que deve ser abordada a questão da minuta do golpe?

Acredito que a CPI deve se manter focada nos atentados. Caso no decorrer das investigações seja constatada alguma ligação do documento apreendido com os crimes em apuração, deve ser objeto da comissão. Caso não haja uma ligação direta, os órgãos de investigação federal devem conduzir o assunto.

Há, na sua avaliação, um indicativo de quem falhou na segurança?

Há um farto material por ser avaliado e inúmeros fatos ainda não esclarecidos. Culpar antecipadamente seria um erro. Queremos atuar de forma transparente, contribuindo para que justiça seja feita de forma exemplar e que este episódio jamais se repita.

Qual vai ser o foco? A individualização das condutas, o financiamento dos

vândalos ou a responsabilidade? Defendo uma investigação ampla, que englobe todos os fatos que desencadearam os atentados. Por isso, a necessidade de traçar uma linha do tempo com o maior número de elementos possível.